CONFLUÊNCIAS ENTRE A MEMÓRIA E O ESPAÇO: RUGOSIDADES DO TRABALHO E DA RESISTÊNCIA NO TECIDO URBANO ILHEENSE

CONFLUENCES BETWEEN MEMORY AND SPACE: ROUGHNESS OF WORK AND RESISTANCE IN THE URBAN FABRIC OF ILHEENSE

CONFLUENCIAS ENTRE LA MEMORIA Y EL ESPACIO: RUGOSIDADES DEL TRABAJO Y DE LA RESISTENCIA EN EL TEJIDO URBANO ILHEENSE

Renildo Nascimento Santos
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)
renildo@edu.unirio.br

Francisco Ramos de Farias
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)
francisco.farias@unirio.br

Destaques

- O estabelecimento de conexões entre Geografia e Memória Social evidencia como as rugosidades espaciais desvendam marcas históricas, modos de vida e formas de resistências.
- Vestígios do trabalho, da colonização e das resistências indígenas, presentes no espaço urbano ilheense, constituem importantes estoques de memória coletiva.
- Camadas de memória inscritas na paisagem, revelam disputas, refuncionalizações e permanências que conectam passado e presente no espaço construído.
- O termo rugosidade aparece na obra de Santos evidentemente atrelado ao espaço, mais precisamente às observações dos objetos geográficos da paisagem oriundos de distintos tempos.

v. 17, n. 33, 2026 - ISSN 2176-9559
REL/DOI 10.30612

RESUMO

No presente artigo buscamos convergência entre os campos da Geografia e da Memória Social, ao investigar as relações entre os conceitos de rugosidades espaciais e de memória coletiva no âmbito da cidade de Ilhéus, localizada no sul do estado da Bahia, a partir das formulações do geógrafo Milton Santos. Com vistas ao cumprimento dessa tarefa, objetivamos estabelecer contornos para os referidos conceitos, discutir as noções de memória vinculadas ao espaço geográfico e utilizar as reflexões desenvolvidas para analisar aspectos do arranjo espacial ilheense. As informações apresentadas tiveram como base metodológica o levantamento bibliográfico e a observação sistemática da paisagem. Em complementaridade, tecemos algumas considerações a respeito dos quadros sociais da memória, conforme a obra de Maurice Halbwachs, como também sobre as resistências de povos originários na condição de agentes transformadores do espaço por meio da luta pela permanência em suas terras.

Palavras-chave: Rugosidades. Paisagem. Memória Coletiva. Ilhéus. Resistência.

ABSTRACT

In this article, we seek convergence between the fields of Geography and Social Memory by investigating the relationship between the concepts of spatial roughness and collective memory in the city of Ilheus, located in the south of the state of Bahia, based on the formulations of geographer Milton Santos. To accomplish this task, we aim to establish outlines for these concepts, discuss the notions of memory linked to geographical space, and use the reflections developed to analyze aspects of the spatial arrangement of Ilhea. The information presented was based on a bibliographical survey and systematic landscape observation. To complement this, we have made some comments on the social frameworks of memory, according to the work of Maurice Halbwachs, as well as on the resistance of Indigenous peoples as agents of change in space through the struggle to remain on their land.

Keywords: Roughness. Landscape. Collective Memory. Ilhéus. Resistance.

RESUMEN

En el presente artículo buscamos convergencias entre los campos de la Geografia y la Memoria Social, al investigar las relaciones entre los conceptos de rugosidades espaciales y de memoria colectiva en el ámbito de la ciudad de Ilhéus localizada al sur del estado de Bahía, a partir de las formulaciones del geógrafo Milton Santos. Con miras al cumplimiento de esta tarea, nuestro objetivo es establecer contornos para los referidos conceptos, discutir las nociones de memoria vinculadas al espacio geográfico y utilizar las reflexiones desarrolladas para analizar aspectos de la disposición espacial ilheense. Las informaciones presentadas tuvieron como base metodológica el levantamiento bibliográfico y la observación sistemática del paisaje. Asimismo, proponemos algunas consideraciones a respecto de los marcos sociales de memoria, en conformidad con la obra de Maurice Halbwachs, como también sobre la resistencia de los pueblos originarios en condición de agentes transformadores del espacio por medio de la lucha por la permanencia en sus tierras.

Palabras clave: Rugosidades. Paisaje. Memoria colectiva. Ilhéus. Resistencia.

INTRODUÇÃO

Entre as várias possibilidades de diálogo envolvendo os campos científicos da Geografia e da Memória Social está a compreensão das rugosidades espaciais. Como uma categoria de análise, as rugosidades são, de acordo com a obra de Milton Santos, aderências no espaço, resistências nas formas de objetos e arranjos espaciais que revelam, na paisagem, modos de vida de distintos períodos (Santos, 1996). O presente artigo tem como objetivo geral investigar as relações entre as rugosidades espaciais e a memória coletiva circunscritas à cidade de Ilhéus, localizada na região cacaueira ao sul do estado da Bahia. Para tal, intentamos o alcance de metas de pesquisa específicas relacionadas a essa questão maior. São elas: a) Estabelecer contornos para os conceitos de rugosidades e memória coletiva; b) Discutir a questão da memória coletiva vinculada ao espaço geográfico; c) Utilizar as reflexões apresentadas para analisar aspectos do arranjo espacial ilheense.

Inicialmente, a pergunta "O que são rugosidades?" serviu como ponto de partida para discutir tais fenômenos e sua ocorrência como categoria de análise. As principais respostas são estudadas na perspectiva crítica miltoniana sobre o espaço geográfico. Ainda nessa seção, as teorias de Ruy Moreira sobre o espaço do trabalho se apresentam como ricas oportunidades de aprofundamento na epistemologia da geografia, abrindo flancos para compreendermos a questão das "Rugosidades no espaço construído". Nesse sentido, empregamos os postulados de Maurice Halbwachs – no tocante à obra *Os Quadros Sociais da Memória* (2023) e *A Memória Coletiva* (1990) – para responder aos questionamentos em relação à forma como lembramos e qual o papel do espaço nessas lembranças.

Na sequência, descrevemos as "Paisagens reveladoras da cidade de Ilhéus", sede do município, localizado no sul do estado da Bahia, porção do espaço brasileiro conhecida como região cacaueira devido às atividades econômicas relacionadas à produção e ao comércio do cacau. Desse recorte espacial citadino, selecionamos um sítio específico relacionado aos primórdios da ocupação portuguesa em solo tupiniquim, seguindo as indicações contidas no trabalho de Iuri Dantas da Silva Andrade (2021), com vistas a ampliar o entendimento acerca das rugosidades e das resistências de povos autóctones da região.

Por fim, apresentamos algumas considerações concernentes ao objeto estudado, da escrita, dos objetivos alcançados e apontamos indicações das próximas etapas de investigação.

O QUE SÃO RUGOSIDADES?

O título acima, em forma de pergunta, é uma expressão da nossa principal preocupação no presente trabalho, isto é, o propósito de elucidar uma questão assaz importante para o desenvolvimento da pesquisa da qual esse artigo faz parte: as possibilidades de conexões entre o espaço geográfico e a memória.

Essas possibilidades de conexões serão tratadas ao longo de todo o trabalho, mas ganharão maior atenção na seção seguinte. Por hora, vamos entender o que são as rugosidades a partir da geografia de Milton Santos.

O termo rugosidade aparece na obra de Santos evidentemente atrelado ao espaço, mais precisamente às observações dos objetos geográficos da paisagem oriundos de distintos tempos. A paisagem, entendida como um instantâneo da realidade natural e social, é sempre um dado do momento, mas contém elementos espaciais do passado. Esses elementos ou objetos geográficos, acumulados ao longo do tempo, revelam a própria história do espaço geográfico, ou seja, a história do trabalho sobre a base espacial, ao mesmo tempo em que ela é produzida e os seres humanos se apropriam dela (Moreira, 2010).

É importante ressaltar que, embora reconhecidamente difundidas por Santos, as discussões sobre as rugosidades espaciais são oriundas de outro pensador. Quer dizer, foram desenvolvidas pelo geomorfólogo francês, Jean Tricart, professor orientador de Santos, que tentou explicar a resistência de certas formas de relevo aos processos de transformação espacial resultantes das forças de superposição que atuam na superfície terrestre (Santos, 1996). De acordo com as ideias apresentadas por Sabino e Simões (2013), essa resistência que mantinha simultaneamente formas do passado e do presente de um relevo, no instante do estudo empírico, era nomeada de rugosidade.

Contudo, ao transpor a noção de rugosidade para a geografia, Santos amplia seu sentido, adicionando a ele a dimensão social, a História, o espaço e, principalmente, o trabalho. Portanto, para Santos (2002, p. 92), podemos chamar de rugosidades:

> [...] o que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares. As rugosidades se apresentam como formas isoladas ou como arranjos. É dessa forma que elas são uma parte desse espaço-fator. Ainda que sem tradução imediata, as rugosidades nos trazem os restos de divisões do trabalho já passadas (todas as escalas da divisão do trabalho), os restos dos tipos de capital utilizados e suas combinações técnicas e sociais com o trabalho.

Essa profícua definição de Santos dá a entender que ao identificar uma rugosidade no espaço geográfico, como aresta incômoda na paisagem, estaríamos diante de uma materialidade histórica. De certa maneira, esse produto material da história e a noção de diferentes tempos, que convergem na paisagem, implodem a divisão dicotômica kantiana que classificou a Geografia como campo do conhecimento dedicado exclusivamente ao espaço, restando à História as formulações sobre o tempo, conforme podemos aludir a partir das concepções de Moreira (2010, p. 51), pois "assim como tempo histórico não é o tempo do relógio (tempo-data, tempo sideral), o espaço geográfico não é [apenas] o espaço das coordenadas geográficas".

Também podemos compreender as rugosidades como oportunidades de contato com o trabalho e com a técnica de outros períodos históricos, que resistiram à refuncionalização e às substituições das formas atuais expressas na paisagem, como pode ser inferido com base nas definições de Santos (2002). Por sua vez, a paisagem, como categoria analítica inerente ao espaço, é sempre apreendida a partir do presente, pois, embora possa ser pensada como um acúmulo de objetos de diferentes períodos, não se deixa armazenar em sua totalidade – porque sensorial, visual, sonora etc. – em outro tempo que não seja o instante. Talvez, a memória seja o meio pelo qual nos aproximemos mais satisfatoriamente das paisagens do passado com suas características multissensoriais, pois, se vívidas nas lembranças, elas são carregadas de afeto e demais sensações que são pouco prováveis de serem expressadas, com exatidão, na palavra escrita, no relato oral, tampouco nas representações artísticas. Nas linhas mais à frente voltaremos à análise dessa questão. Continuemos na tarefa de evidenciar os contornos do termo rugosidade para, então, pensar nas fronteiras entre espaço e memória.

Cabe ressaltar que, diante da profusão de significantes da citação de Santos, escolhida como base da nossa acepção do que seria essa categoria-conceito rugosidade, e

da difícil tarefa de tentar explicar cada uma delas, gostaríamos de nos dedicar àquelas que julgamos mais oportunas para dar cabo aos objetivos do presente trabalho. Referimo-nos a três dos termos utilizados na definição de Santos: espaço construído; paisagem; e de maneira diluída ao longo do texto, as rugosidades como formas isoladas ou arranjos. Por que esses termos escolhidos por Santos explicam as rugosidades e nos aproximam da memória?

AS RUGOSIDADES DO ESPAÇO CONSTRUÍDO

Antes de prosseguirmos com as discussões acerca do conceito rugosidade, acreditamos que seja prudente darmos um passo atrás para entendermos uma questão que também precisa ser resolvida ou muito bem evidenciada, a fim de não corrermos o risco de avançar sem as bases dos conceitos aqui trabalhados, ou ainda de sairmos dos rumos que importam nessa "conversa". Por isso, cabe-nos perguntar: se as rugosidades são categorias de análise do espaço, não seria aconselhável delimitar teoricamente a qual espaço estamos nos referindo?

É importante salientar que o espaço, objeto desta investigação, é, naturalmente, o espaço geográfico, mas, sobretudo, o espaço geográfico humanizado pelo trabalho. Compreenda-se por trabalho toda a sorte de engenhos humanos que visam a sobrevivência, seja ela circunscrita apenas à dominação dos elementos da natureza pela extração dos recursos essenciais à vida ou à ideia de sobrevivência expandida para a reprodução de recursos e acumulação de capital, em suma, o trabalho como transformador do espaço e componente da realidade social. De acordo com essa linha de pensamento, desenvolvida consistentemente nas indicações de Moreira (2010, p. 42), pode-se inferir que "no capitalismo o processo do trabalho define-se a partir do modo como os homens configuram entre si as forças produtivas, e a relação desses homens com a natureza a partir dessa configuração".

Em uma de suas análises sobre o assunto, Santos (2002) identifica o trabalho por seu valor de registro das técnicas utilizadas pelos seres humanos, ao longo da história, para dominar a natureza e para o acúmulo de capital. No que diz respeito à valorização do trabalho, nesses termos apresentados, há uma história das técnicas e um fio condutor de memória que liga os trabalhadores ao longo do tempo. Desse modo, as técnicas são

essenciais para compormos um quadro teórico relacionado às formas materiais sobre as quais os seres humanos transformaram o espaço por intermédio do trabalho. A consideração dessas técnicas transformadoras em tempos pretéritos – a partir da observação das paisagens atuais – amplia as possibilidades de entendimento acerca das rugosidades (Alves *et al.*, 2022).

Essas ideias estão em consonância com os esclarecimentos de Moreira (2010), ao destacar que os seres humanos não acrescentam simplesmente objetos e ações ao espaço, como se estivéssemos fazendo referência a um cenário, ou melhor, a um receptáculo, um contêiner. Pelo contrário, os seres humanos valem-se do espaço para, fazendo parte dele, produzir e transformá-lo. Esse "vaivém dialético" pode ser melhor compreendido se pensarmos que :

> [...] assim como o processo do trabalho materializa-se na máquina, para tomar a máquina como base de apoio a ponto de daí para diante não mais poder realizar-se sem ela, assim também é ele em relação ao espaço. Só que como escala de organização: uma vez que o processo de trabalho implica organização, organiza-se espacialmente. Daí podermos dizer que o espaço geográfico é a materialidade histórico-concreta do processo do trabalho[...] (Moreira, 2010, p. 49)

A citação em tela, revela uma abordagem histórico-dialética da Geografia marxista de Moreira, que supõe no trabalho a base da organização espacial e nos permite aludir sobre as pessoas e as atividades que desempenham enquanto vivem no/transformam o espaço. No curso dessas transformações, os agentes da produção do espaço são pessoas que amam, que lutam, que fazem política, que criam e resolvem conflitos, que enriquecem, enfim, que vivem. Supomos que milhares de páginas poderiam ser preenchidas com o levantamento dessas atividades. Por isso, dada a impossibilidade na projeção de um resultado, emaranhado de irrelevância da suposta tarefa para os contornos deste artigo, nos concentraremos em apenas uma: o ato de lembrar.

Enquanto se vive no espaço, considerando o fato de que ele é (re)produzido e transformado, as pessoas criam memórias, selecionam recordações ou objetivam manipular o que lembrar, cultivando lembranças no esforço de eternizá-las, tentando apagar ou esquecer algumas delas, enfim, em uma constante atividade de memória. Essa atividade no tempo-espaço nos impele a questionar: Qual o papel do espaço nessas lembranças? As rugosidades seriam expressões menos evidentes dessa atividade, ou

melhor dizendo, da "vontade" de memória ao registrar o trabalho grafando suas marcas no espaço?

As respostas para essas perguntas seriam muito mais difíceis de encontrar sem o esforço do pensador Maurice Halbwachs e suas contribuições relacionadas à memória, fundando inclusive um novo campo de conhecimento, a Memória Social. Nas obras de Halbwachs (1990, 2023), analisadas no processo de escrita do presente trabalho, é patente a ideia de que são infrutíferas as discussões sobre "o que" as pessoas lembram. Seus escritos seguem outro caminho. São dedicados a responder uma pergunta que também julgamos necessária para o curso das próximas linhas: como as pessoas lembram?

Neste sentido, é importante ressaltar que as ideias de Halbwachs não podem ser compreendidas sem a ponderação do contexto histórico ou das escolhas político-ideológicas e acadêmicas do autor. Dessa forma, as alusões sobre as lembranças, no âmbito da produção do espaço, não são "estrangeiras" no pensamento halbwachiano, levando-se em conta a sua filiação ao socialismo e, portanto, certa concordância quanto à centralidade do trabalho na realidade social. Do mesmo, não podemos descartar o contexto histórico-político em que fora lançada sua obra seminal "*Os Quadros Sociais da Memória*", originalmente publicada em 1925, período entre guerras e de certa "efervescência" acadêmica, ainda sob a influência de pensadores como Sigmund Freud e Émile Durkheim, mas repercutindo novas ideias a partir de Martin Heidegger, Walter Benjamin e tantos outros, incluindo o próprio Halbwachs.

Inclusive, é a partir da ideia de coesão social, extraída do pensamento durkheimiano, que Halbwachs, discípulo aplicado, fundamenta suas teorias sobre a memória no âmbito das estruturas, ou seja, um constructo que pode ser pensado desde o nível elementar, em unidades que se relacionam, sem necessariamente perderem a distinção unitária, até a etapa em que, ao mesmo tempo, de forma ampla, por estarem conectadas, elas formam um todo complexo. Desse modo, do ponto de vista sociológico, mensuram-se fenômenos de elevada complexidade a partir dos elementos mais simples, desde que se entenda a coesão "como o grau de consenso dos membros de um grupo social sobre a percepção de pertencer a um projeto ou situação comum" (Ferrelli, 2015, p. 1). Esse viés de pensamento influenciou Halbwachs e, mais tarde, culminou nos quadros sociais da memória. Mas, afinal, o que seriam esses quadros?

Meio onde se produz memória, os quadros sociais podem ser melhor

compreendidos como enquadramentos de realidades sociais nas quais os seres humanos criam memórias. Pensemos esses enquadramentos de maneira tridimensional, delimitados por uma moldura conectável às outras, permitindo também a sobreposição. Se as memórias são gestadas necessariamente nesses quadros, também não há memória sem esses contornos, pois, de acordo com as explicações de Halbwachs (2023, p. 79), "não existe a possibilidade de memória fora dos quadros utilizados pelos homens que vivem em sociedade para fixar e recuperar suas lembranças". Assim, a família é um quadro social, a religião outro. Portanto, um exemplo corriqueiro de alguém que se lembra das orações que entoava na infância, antes das refeições, junto aos parentes, serve para ilustrar o acesso à memória produzida nas interconexões entre o quadro família, o quadro religião, possivelmente, o quadro espaço e o quadro tempo.

No tocante ao entendimento dos quadros sociais, pode-se enriquecer a imagem abstrata tridimensional utilizada para explicá-los se acrescentarmos mais alguns elementos de análise. Tomemos, para esse exercício, o quadro "espaço". Podemos assumi-lo amplo e não-euclidiano, ele não precisa obedecer às regras matemáticas de disposição dos objetos, pois nele se desenvolve a vida com suas imperfeições. Trata-se, desse modo, do espaço geográfico, pois existem objetos, lugares, paisagens, edificações, fluxos, ações, pessoas que remetem às memórias construídas nesse determinado quadro em um tempo (quadro sobreposto) específico. Eis um acoplamento com as ideias de Santos (2002, p. 28, 67), no que concerne ao espaço como "situação única", uma vez que a "confluência entre tempo, ações e disposição dos objetos não se repete".

O espaço geográfico como quadro social da memória resultante do trabalho pode ser observado mesmo naquelas paisagens em que, aparentemente, predominam os elementos não-humanizados (florestas, oceanos, desertos etc.), pois a ideia moderna de trabalho compreende inclusive as interações à distância. Porém, para facilitar a viabilidade de nossas elucubrações, consideremos formas paisagísticas onde estão mais evidentes o que delinearemos como espaço construído: prédios, arruamentos, plantações, intervenções estruturais das mais diversas. Nessa direção, as cidades ofereceriam amostras ainda mais inequívocas dessa modalidade espacial.

O espaço construído das cidades pode ser vislumbrado a partir da obra "*Sobre as memórias das cidades*", do geógrafo Maurício de Abreu, que tratou do contexto de uma das vertentes do *boom* de memória pelo qual parece estar acometida a sociedade

contemporânea. Essa busca pela memória é, na verdade, de acordo com as ideias de Abreu (1998), uma procura pela identidade das pessoas e dos lugares no passado. Dessa forma, as cidades – espaços cada vez mais inflados pelo processo de urbanização e que vêm se provando como "*habitat*" dos seres humanos – não passam incólumes, sendo investigadas como espaços ricos em passado, portanto, nessa concepção, abundantes em memória.

A cidade não está fora do escopo de Halbwachs, pelo contrário, o autor dedica especial atenção para entender o modo como acontecem as lembranças construídas nos quadros sociais que compreendem o meio urbano, principalmente no que diz respeito à relação mediadora entre os objetos e a coletividade, considerando também o valor simbólico do arranjo material como transmissor da memória coletiva, pois "o que um grupo fez, o outro pode desfazê-lo. Mas o desígnio dos antigos homens tomou corpo dentro de um arranjo material, quer dizer dentro de uma coisa, e a força da tradição local veio da coisa, da qual era a imagem" (Halbwachs, 1990, p. 137).

Por outro lado, o enfoque halbwachiano, na memória da vida no meio urbano ou na memória no âmbito da cidade, permite supor que as rugosidades podem resistir no espaço das cidades, em função de uma possível utilidade na "sensação de permanência e continuidade que organiza a vida" e localiza as lembranças das pessoas nesses espaços urbanos cada vez mais dinâmicos que são as cidades (Gautério; Albernaz, 2022).

Interessantes discussões sobre os termos "memória urbana" e "memória das cidades", presentes na referida obra de Abreu (1998), nos indicam pistas quanto ao espaço construído e quanto às rugosidades presentes na paisagem. A partir dessas discussões vislumbramos que, embora o termo "memória urbana" pareça mais adequado aos estudos dedicados a uma suposta memória do processo de urbanização e/ou das lembranças do modo urbano de vida, em oposição ao modo de se viver no espaço rural, ele tem sido usado para se referir à memória da cidade. Esta memória da cidade ou das cidades, por sua vez, precisa ser conceituada a partir da advertência de não elaborar o ambiente citadino como um conjunto homogêneo de formas, fluxos e pessoas. As rugosidades, as classes sociais, as disputas pelo uso do solo urbano, a circulação desigual de capital pelos bairros são justamente provas das aderências que impõem heterogeneidade ao espaço urbano, portanto, as pessoas e os grupos não estão sujeitos às mesmas condições e experiências, não há uma memória única relacionada às sedes municipais. O fato é que :

> [...] a cidade não pode lembrar-se de nada. Quem lembra são as pessoas

> que nela vivem ou viveram [...]. Apesar das imprecisões, a verdade é que os termos "memória urbana" e "memória da cidade" vingaram, e dizem respeito, não a capacidade de lembrar de indivíduos ou grupos, mas ao estoque de lembranças que estão eternizadas na paisagem ou nos registros de um determinado lugar, lembranças essas que são objeto de reapropriação por parte da sociedade (Abreu, 1998, p. 89).

Propomos, no próximo tópico, entender essa questão do estoque de lembranças, levando em conta o modo como elas estão eternizadas na paisagem ou nos registros de um determinado lugar a partir da análise empírica da paisagem de uma cidade específica.

PAISAGENS REVELADORAS EM ILHÉUS

Anteriormente apresentamos, a partir das ideias de Santos (1996, 2002), as rugosidades como aderências espaciais, captadas nas observações das paisagens quando identificamos elementos de períodos distintos resistindo às ações do tempo e à produção do espaço construído, sejam elas identificadas como objetos refuncionalizados ou como restos das atividades do capital. Elencamos a cidade como o exemplo preferencial de espaço construído para as análises deste estudo e, por fim, introduzimos a ideia das paisagens urbanas como amostras empíricas para entendermos os "estoques de lembranças", conforme proposta de Abreu (1998).

Portanto, para que esse espaço materializado pelo trabalho, o espaço construído, e o seu conjunto de formas visíveis, a paisagem, não sejam generalizados como espaço teórico, elegemos a porção de uma cidade como objeto de análise empírica. Não se trata de qualquer cidade, mas uma cidade brasileira que foi ponto estratégico na conquista do território brasileiro pelos portugueses, um dos primeiros sítios da engenharia urbana lusitana e laboratório das incursões coloniais: a cidade de Ilhéus, na porção sul do estado da Bahia. Com intuito de enriquecer as descrições sobre o espaço da referida cidade, apresento algumas ilustrações como a que segue abaixo (Figura 1), na qual se destaca a rua Padre Luís Palmeira que leva à ponte Jorge Amado onde podemos contemplar as intervenções na paisagem humanizada, mas também marcada por elementos com menor nível de intervenção antrópica.

Figura 1- Vista da rua Padre Luís Palmeira e da ponte Jorge Amado.



Fonte: Os autores, 2023.

Outrora denominada São Jorge dos Ilhéus, tendo ocupado a categoria de sede da capitania hereditária de mesmo nome, posteriormente, rebaixada à "cabeça" de comarca da província da Bahia, a cidade de Ilhéus, ainda hoje, é um importante nó na rede de comércio mundial, isso em função da produção agrícola do cacau, *commodity* esta que, aliás, teve nas terras desse município recordes da produção mundial até a década de 1980.

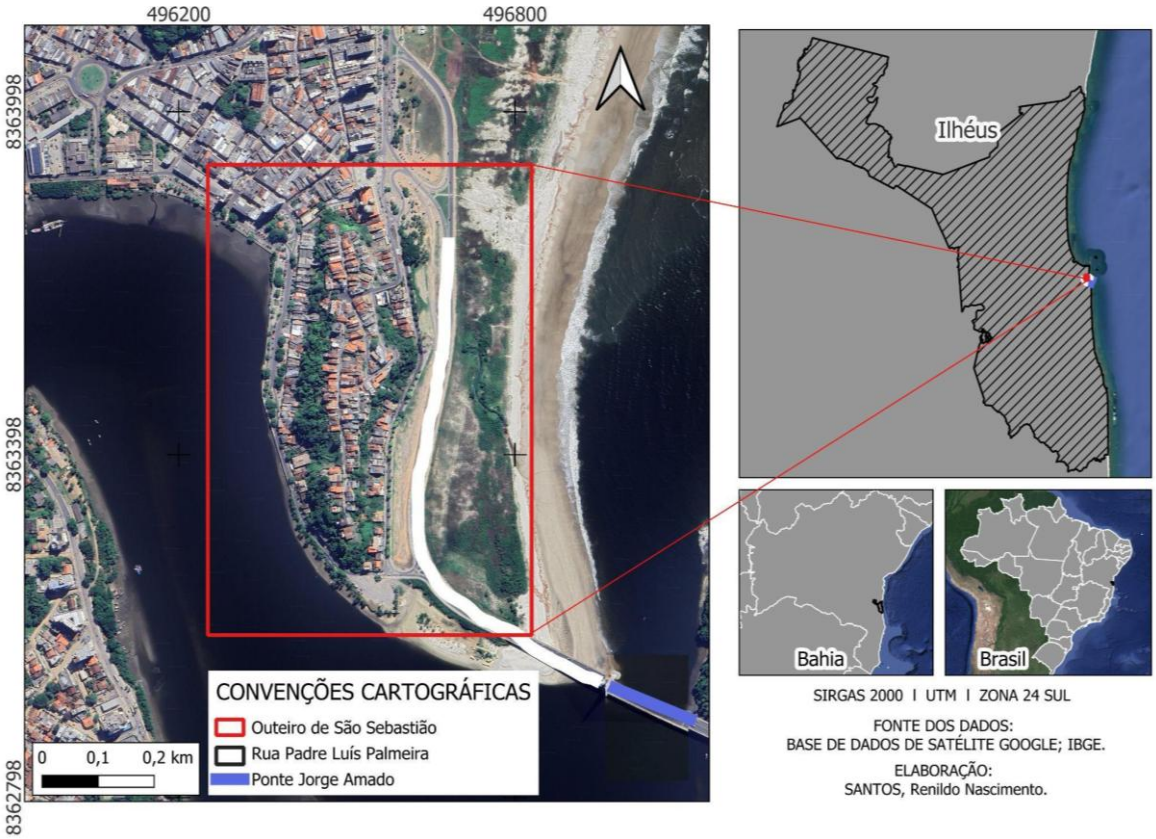
Atualmente, Ilhéus é considerada uma cidade de porte médio, em decadência econômica devido ao ocaso das lavouras, condição proveniente de uma praga denominada "vassoura de bruxa", algo que se alastrou por toda a região cacaueira, provocando, dentre outras consequências, a derrocada de inúmeros proprietários rurais. O turismo e o comércio somam-se à reduzida produção do fruto cacaueiro como as principais atividades econômicas desempenhadas pelos trabalhadores do grupo populacional, da ordem de quase 179 mil pessoas, segundo o IBGE (2023).

Diante de tais características, seria inviável para a nossa investigação analisar

algumas dezenas de bairros e distritos que formam o tecido urbano deste município. Por isso, utilizaremos como recorte geográfico prioritário o espaço Outeiro de São Sebastião, uma vez que ele contém vestígios das primeiras edificações portuguesas na referida capitania hereditária, provavelmente, algumas das primeiras em solo tupiniquim, ainda no raiar do século XVI, de acordo com as indicações de Andrade (2021).

Certamente, quem transita pela Rua Padre Luís Palmeira, com destino à moderna ponte estaiada Jorge Amado, que liga a porção central da cidade aos bairros e praias da zona sul, talvez não esteja interessado em saber que nas paisagens captadas pelo olhar a partir desse trajeto é possível identificar a gênese do tecido urbano ilheense: a Vila de São Jorge dos Ilhéus, no atual bairro do Outeiro de São Sebastião. Na Figura 2, abaixo, a título de ilustração, demarcamos o polígono da área de estudo, local do núcleo inicial de povoamento da cidade em questão. Da mesma maneira, o logradouro e a referida ponte foram aclaradas para que suas feições geográficas fossem melhor identificadas no cartograma.

Figura 2 - Cartograma de localização do Outeiro de São Sebastião.

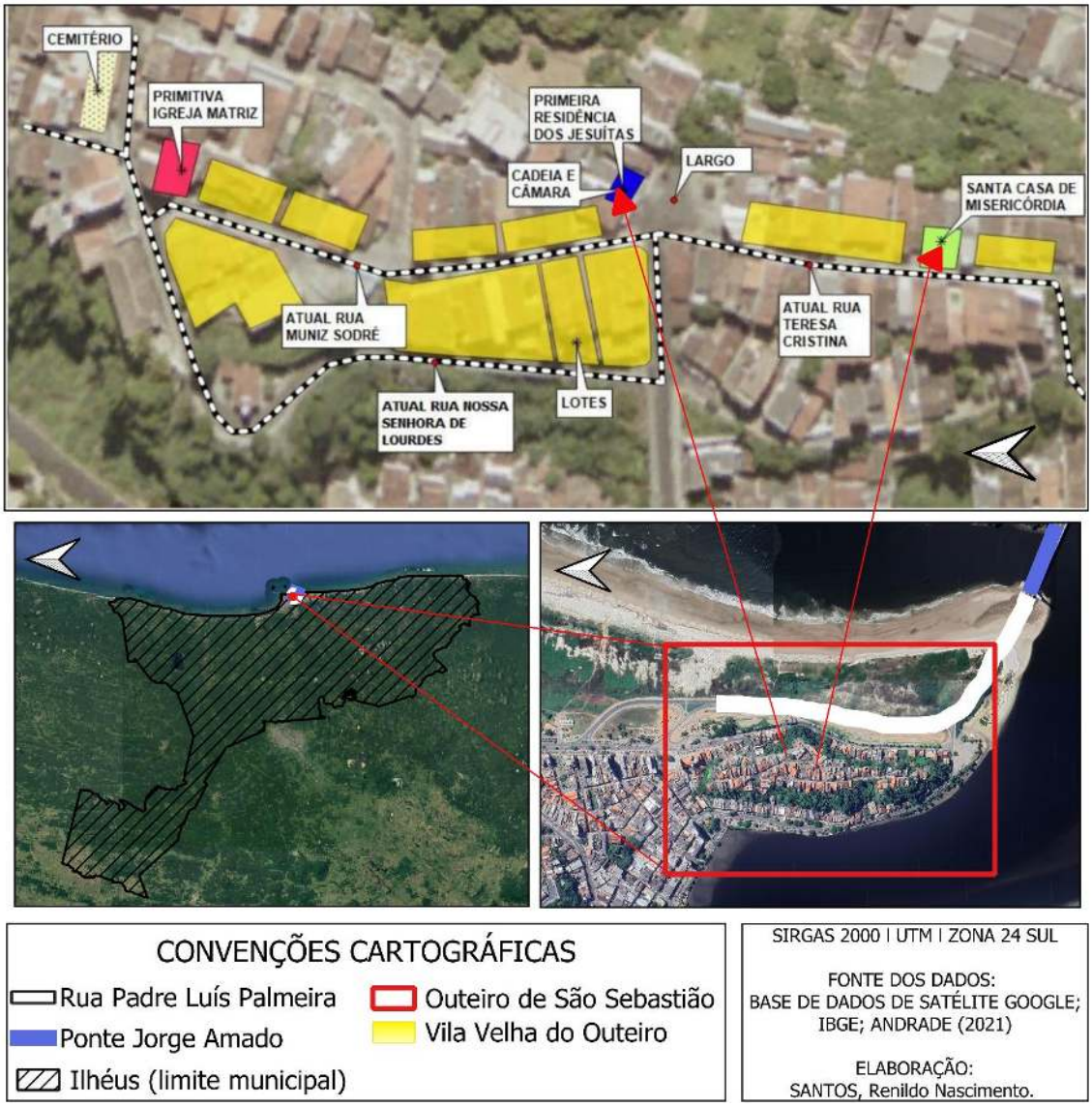


Fonte: Os autores, 2023.

Do mesmo modo, para facilitar a comparação entre as imagens que têm como intuito representar o conjunto espacial, apresentamos, na Figura 3, um cartograma que projeta a antiga vila do século XVI sobre o tecido urbano ilheense atual. Advertimos que o cartograma em questão foi rotacionado para facilitar a compreensão acerca das edificações apresentadas. Por isso, sugerimos que as setas convencionadas como indicadoras do sentido norte sejam consideradas na apreciação dos elementos cartográficos.

Antes de nos debruçarmos na projeção extraída do trabalho de Andrade (2021), faz-se importante algumas observações acerca da paisagem como categoria de análise do espaço. Essas observações indicam aberturas a serem exploradas nesse diálogo entre a memória e o espaço: a) A paisagem é um instantâneo multissensorial da realidade social, pois pode ser "captada" por todos os sentidos, embora exista um predomínio visual; b) O caráter multissensorial da paisagem implica-a como um fenômeno estritamente do presente, pois não serão possíveis dois instantes idênticos em condições sonoras, táteis, olfativas, e visuais; c) quanto ao armazenamento das paisagens, defendemos não existir meio mais efetivo que a memória, mesmo reconhecendo as artes e os dispositivos digitais como importantes estoques das imagens do passado, compreendemos que não se aproximam da riqueza sensorial exposta nos tópicos apresentados.

Figura 3 – Cartograma (sem escala) de projeção da Vila velha do Outeiro de São Sebastião (século XVI) sobre o sítio urbano atual.



Fonte: Adaptado de Andrade (2021, p. 30).

Esclarecidos mais esses caminhos teóricos, podemos prosseguir no exercício imaginativo de encontrar nas paisagens – e nas rugosidades nelas expostas – os vestígios de memória, no caso em tela, da memória da cidade de Ilhéus. Nesse sentido, se voltarmos à Figura 2 encontraremos indicações da utilidade militar desse tipo de ocupação de outeiros, morros e colinas como estratégia de defesa. Outrossim, as instituições religiosas e administrativas - conforme apontado na Figura 3 - ocupando espaços próximos podem indicar o nível de poder de ambas na empreitada colonial, possivelmente uma constante

na experiência portuguesa (Oliveira, 2021).

Contudo, as características geográficas do sítio primevo também contam uma história da conformação imposta pela natureza ao longo do tempo e podem nos servir de indícios da atuação de povos que tiveram pouca oportunidade de deixar seus vestígios de maneira mais evidente no espaço, sendo remotas também as chances de relatos por escrito. Nesse sentido, ainda conforme os apontamentos de Andrade (2021, p. 38), é possível notar que

> […] a ocupação pregressa do território de Ilhéus efetuada pelos indígenas também coaduna com a escolha portuguesa pelas localidades, que se firmava através de lugares altos que facilitassem a defesa dos núcleos coloniais, bem como espaços ao redor que garantissem mão-de-obra escrava e elementos naturais que favorecessem o comércio.

Essa combinação das intenções de ocupação muitas das vezes foi resultado de acordos estratégicos por parte dos líderes indígenas, outras vezes esteve conformada nas características próprias de cada povo, ao conviver e extrair os recursos naturais. Porém, não podemos confundir acordos diplomáticos, tréguas e modos distintos de transformação da paisagem com uma ausência de resistência por parte dos povos originários, ocupantes anteriores ao empreendimento português. Se há indicações de alianças entre invasores e autóctones, de aldeamentos jesuíticos, também existem inúmeros registros dos ataques e do temor relacionados à iminência de povos em desacordo com a hegemonia portuguesa, daí advém parte das preocupações com a defesa do sítio urbano (Dias, 2015; Silva, 2022).

Nas ideias extraídas da citação acima, está implícito um alerta, corroborado por Oliveira (2021), relacionado ao romantismo com o qual os estudos sobre as cidades coloniais têm abordado a questão do desenho urbanístico português. Os estudos apresentados por esses autores nos permitem pensar a questão da ocupação portuguesa, compreendendo os povos indígenas como atores fundamentais na contestação da ordem imposta, haja vista a escolha do sítio considerando a vizinhança malquista e o acesso em disputa pelos recursos naturais, como as matas repletas de pau-brasil, o estuário e o oceano.

Esse entrave representado pela presença e pela luta dos povos indígenas da região suspendeu vários planos de ocupação e obrigou os invasores portugueses a redirecionar seus esforços. Conforme apontado por Silva (2022, p. 417), em diversos períodos da

empreitada colonial, esses grupos autóctones foram apontados como principais empecilhos para a "expansão da fronteira agrícola e o desenvolvimento comercial da região".

No que se refere aos vestígios dos atos de insurgência contra os colonizadores, as intervenções espaciais por intermédio do trabalho e o genocídio dos povos indígenas, compreendemos que a concepção de Andrade (2021) relativa às rugosidades aponta para uma presença pouco evidente se considerarmos os elementos materiais, mas de enorme vulto se levarmos em conta o espaço como meio repleto de possibilidades para referenciar as memórias de um povo, sobretudo se considerarmos etnias que conservaram suas tradições com o uso da oralidade.

Essas considerações não podem ser excluídas dos estudos que contemplam a questão colonial no Brasil, sobretudo no que concerne às principais interações entre os povos resistentes e os colonizadores.

Desse modo, as informações apresentadas por Andrade (2021) e Oliveira (2021) são ricas em detalhes, descrevendo o padrão urbanístico e as intenções camufladas na ocupação do espaço, contudo, as paisagens atuais somente podem ser consideradas ricos estoques, seja de marcos da memória coletiva ou de artefatos históricos, se pensarmos em uma produção de espaço e em pessoas atravessadas pelo contexto colonial, sejam elas estrangeiros europeus, povos autóctones ou povos negros oriundos da diáspora africana.

Assim, volto-me aos postulados de Santos (2002) para retomar a importante questão sobre as aberturas para o passado oferecidas na análise dessas rugosidades, pois ao partir dessas ideias, defendemos que esses elementos geográficos podem ser compreendidos como arestas na paisagem, salientes como obstáculos à homogeneidade estética e, por esse motivo, oportunidades de contato com modos de vida e de produção do espaço. Vistas por essa ótica, as paisagens prenhes dessas rugosidades, seriam reveladoras das lutas dos povos que ali grafaram suas existências, uma vez que:

> [...] a forma como se combinam sistemas técnicos de diferentes idades vai ter uma consequência sobre as formas de vida possíveis naquela área. Do ponto de vista específico da técnica dominante, a questão é outra; é a de verificar como os resíduos do passado são um obstáculo à difusão do novo ou juntos encontram a maneira de permitir ações simultâneas (Santos, 2002, p. 25).

No tocante às conjecturas associadas à rugosidade – traçado urbano do Outeiro de São Sebastião – intentamos uma busca por esses vestígios do trabalho e da relação com o espaço na geração de memórias, principalmente por parte dos povos originários. Essa escolha carece de explicação: quanto aos povos europeus, na figura de invasores e conquistadores poderosos, não encontramos dificuldades em apontar nos topônimos, na escolha do sítio, na evolução urbana da cidade, nos livros, nos registros documentais etc. vestígios do numeroso trabalho. Prova disso está na presença de rugosidades refuncionalizadas como produto turístico, seja quanto aos objetos residuais ou arquitetônicos. Mais uma vez recorremos ao recurso imagético para ilustrar o argumento apresentado. Na Figura 4, que retrata o Mirante do Canhão, vemos parte do artefato militar junto ao marco simbólico da capitania hereditária de São Jorge dos Ilhéus, vestígio incontestável da presença portuguesa.

Figura 4 – Mirante do canhão no Outeiro de São Sebastião em Ilhéus – BA.



Fonte: Os autores, 2023.

Ao prosseguir com a explicação da escolha arbitrária sobre as memórias, a partir da paisagem e da rugosidade do sítio inicial da cidade de Ilhéus, no curso da pesquisa veremos os povos negros de origem na diáspora africana, eles receberão atenção exclusiva em trabalho posterior. Ademais, a condição imposta pela escravidão moderna na qual o trabalho forçado é a principal característica, denota maior cuidado de análise, pois sabemos que os grupos no interior desses povos foram os mais atingidos ao longo dos séculos de exploração.

Por certo, os povos originários merecem destaque nessa primeira análise devido a condição de povos autóctones, que evidentemente deixaram as suas marcas registradas no espaço, portanto, são visíveis a partir da paisagem, inclusive se considerarmos as rugosidades presentes nela, na forma de objetos isolados ou de arranjos espaciais, como é o caso da ocupação – germe do espaço urbano de Ilhéus – que se deu no Outeiro de São Sebastião.

Nesse sentido, percebe-se então a dificuldade em captar os vestígios dos povos originários, considerando o fato de que a rugosidade em tela, o traçado urbanístico do Outeiro de São Sebastião, foi pensada segundo a ideologia colonial europeia. Será que essas paisagens podem ser vistas realmente como "estoques de memória" se estivermos falando das memórias de povos indígenas?

Se recorrermos à análise da paisagem e assumirmos que as características geomorfológicas (pluviais e costeira) do terreno não sofreram alterações estruturalmente significativas, seremos obrigados a destacar mais uma vez as qualidades de forte natural, apresentadas no sítio de ocupação escolhido pelos portugueses, conforme verificamos nas representações imagéticas já apreciadas nas Figuras 1 e 2.

Voltado para o Oceano Atlântico e dominando a entrada da baía, o espaço garantia a superioridade militar no tocante ao domínio do terreno, em caso de risco promovido por povos invasores posteriores aos portugueses. Cabe relembrar que os primeiros anos da conquista portuguesa em terras tupiniquins foram dedicados à sustentação do território perante as ameaças externas patrocinadas por franceses, holandeses, espanhóis e ameaças internas das quais tomavam a frente os povos indígenas resistentes.

O trabalho de Andrade (2021, p. 19) faz referência às "memórias locais cristalizadas" e até mesmo anedóticas, que dão conta do despreparo dos exploradores

europeus quanto ao conhecimento espacial local, o que teria retardado o domínio territorial nos arrabaldes do outeiro. Inclusive os constantes ataques dos povos indígenas da etnia Aimoré, o que obrigaria os portugueses a se preocuparem muito mais com o interior do continente em relação à possibilidade de ameaça vinda pelo oceano. Para o autor, essa versão não possui bases científicas sólidas, mas seus argumentos com intuito de refutá-la também nos ajudam a jogar luzes sobre a presença indígena na região e sua relação com os moradores do outeiro.

O principal desses argumentos revela não ser coincidência que o sítio escolhido para sede da capitania, além das suas características geográficas já destacadas, teria a sua volta a Mata Atlântica, rica em Pau-brasil, com transporte facilitado por uma altamente drenada bacia hidrográfica e, tão importante quanto, pela presença dos povos indígenas da etnia Tupiniquim, mais "diplomáticos" e "simpáticos" aos portugueses dispostos às negociações (Andrade, 2021).

Se considerarmos que a presença e a hostilidade dos povos indígenas da região era descrita como a principal contenção do espraiamento militar e exploratórios (Silva, 2022), confirmaremos que a escolha do sítio e mesmo as decisões tomadas pela empresa colonial no sentido da criação de aldeamentos, assim como as iniciativas de repressão e extermínios são decorrentes da presença e atuação desses povos indígenas. Ainda de acordo com os dados apresentados na ampla pesquisa de Silva (2022) e também encontradas nos trabalhos de Dias (2015), os principais grupos étnicos resistentes à presença europeia e, portanto, alvos da violência repressiva dos colonizadores, eram os camacãs, os pataxós, mas principalmente os indígenas reduzidos ao termo pejorativo "botocudos": aqueles denominados aimorés, gueréns e gréns.

Nesse caminho, é perceptível que também estamos, ao longo de todo presente trabalho, tratando de uma memória do trabalho e das resistências. Assim, não por acaso, de acordo com as ideias de Halbwachs (1990) e Abreu (1998), há um tempo da memória que só se concretiza por meio da resistência. Graças à existência desses povos, incômoda aos planos coloniais, e em função de suas atuações de resistência, classificadas como hostis por parte dos poderosos invasores, esses indígenas inscreveram suas marcas no espaço, ao impor atraso nos avanços territoriais dos europeus e dessa maneira influenciando no traçado arquitetônico do nascente sítio urbano ilheense. Essas memórias espaciais resgatadas por intermédio dos trabalhos que serviram de base para o presente

estudo nos permitem cogitar a existência de camadas paisagísticas encobridoras de rugosidades, verdadeiros palimpsestos, passíveis de refuncionalizações pelas instituições de memória e mesmo como produto turístico se sistematizadas por investigações científicas (Sabino; Simões, 2013).

Desse modo, se voltarmos às confluências entre os trabalhos de Halbwachs (1990, 2023) e Santos (2002) veremos que também há um espaço da memória ou uma memória do espaço. O quadro social, esse meio onde se produz memória e, por sua configuração em grupos humanos, define que essa memória seja sempre coletiva, permitindo também que identifiquemos as resistências nas aderências do espaço, perceptíveis como elementos da paisagem, como amostras do trabalho e, portanto, dos seres humanos de outras épocas. No espaço também podemos perceber vestígios das lutas dos povos, outro tipo de resistência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conceito de rugosidades, extraído por Milton Santos da obra de Jean Tricart, tem ganhado um tímido interesse de estudiosos, o que o mantém circunscrito ao campo da Geografia. Por isso, podemos dizer que seus limites epistemológicos ainda carecem de acabamento. Os esforços para superar essa situação, a qual avaliamos como negativa, possibilitam avanços nas interpretações dos conceitos geográficos, pois, ao discutir seus contornos, emergem temas importantes como o tempo-espaço, o espaço construído, a memória coletiva e as resistências.

Iniciamos o presente artigo com uma tarefa ambiciosa: utilizar essa lacuna conceitual como pretexto para abordar tais temas emergentes. Se os objetivos não foram completamente atendidos e se algumas questões levantadas no presente trabalho, porventura, tenham ficado sem resposta definitiva, não se deve à falta de empenho.

Encontramos nas obras de Santos (2002) o entendimento acerca do nosso "conceito-objeto", as rugosidades, como resistências materializadas através do trabalho, sejam na forma de objetos geográficos isolados ou organizadas em arranjos espaciais, visíveis na paisagem por conta de uma espécie de incômodo de sua não conformação temporal. Dessa forma, são aberturas para tentar compreender realidades sociais pretéritas.

Adicionalmente, essas rugosidades estão muitas vezes evidenciadas, mais

fáceis de serem identificadas no espaço construído, podendo ser refuncionalizadas, obedecendo assim ao ordenamento espacial do presente.

Coube salientar que a paisagem urbana, conceito-categoria de análise do espaço, é rica de oportunidade para a linha de investigação que Abreu (1998) denominou de memória da cidade, algo que, por sua vez, revela uma busca pela identidade das pessoas e desses espaços urbanos no passado. Esse interesse na "memória da cidade" confirma algumas teorias de Maurice Halbwachs, a saber: i) que a memória é um fenômeno coletivo, pois produzida nos quadros sociais (família, trabalho, religião, escola, espaço, tempo) não poderá ser estritamente individual, não há quadro social sem grupo; ii) a memória é um fenômeno do presente. Suas operações estão assentadas no tempo e no espaço, portanto, não há duas lembranças idênticas combinando as mesmas dinâmicas de tempo e espaço.

No que se refere ao exercício de analisar um espaço específico, a arguição da paisagem com vistas a elencar suas rugosidades – no presente artigo escolhemos como objeto de análise empírica apenas o traçado arquitetônico urbanístico de ocupação europeia e as intervenções contra-hegemônicas dos povos indígenas–, referenciar os acontecimentos no tempo, investigar as técnicas de trabalho empregadas e conjecturar sobre essa memória presente no espaço, são abordagens que podem se converter em um método eficaz de pesquisa, exigindo enorme esforço e disciplina acadêmica. Assim, consideramos que os objetivos traçados para o presente artigo foram cumpridos no que tange à abordagem e ao enfrentamento das questões.

Por fim, é preciso reconhecer que algumas questões levantadas merecem maiores esclarecimentos enquanto outras foram, de maneira prolixa, exaustivamente trabalhadas. No rol do primeiro grupo, estão as discussões sobre a memória coletiva e a memória individual, além de definições sobre o trabalho de acordo com outras correntes de pensamento que não a geografia crítica de tradição marxista. Do mesmo modo, as discussões sobre o próprio conceito de rugosidades poderiam ser *linkadas* ao debate decolonial, algo que foi apenas tangenciado ao longo das explicações. Essas são frentes que podem ser apreciadas com a dupla feição de lacuna nas pesquisas qualitativas que visam contribuir para a compreensão da memória coletiva relacionada ao espaço geográfico e, por outra perspectiva, são sugestões de temas para trabalhos relacionados às temáticas das ciências sociais.

REFERÊNCIAS

ABREU, Maurício de Almeida. Sobre a memória das cidades. **Revista da Faculdade de Letras: Geografia**, [*s. l.*], v. 14, I, p. 77–97, 1998.

ALVES, Maria Do Carmo; DE HOLANDA, Virgínia Célia Cavalcante; ALVES, Wellington Galvão. Usos do território e rugosidades, a intrincada rede de relações complexas no contexto da preservação. **Brazilian Journal of Development**, [s. l.], v. 8, n. 5, p. 38076–38095, 2022.

ANDRADE, Iuri Dantas da Silva. **A formação da zona suburbana da cidade de Ilhéus (1888-1933)**. 2021. 129 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2021.

DIAS, Marcelo Henrique. Sesmarias, posses e terras indígenas na vila de Ilhéus (Bahia, 1758-1822). **Especiaria: Cadernos de Ciências Humanas**, [*s. l.*], v. 14, n. 25, 2015. Disponível em: <https://periodicos.uesc.br/index.php/especiaria/article/view/642>. Acesso em: 20 out. 2024.

FERRELLI, Rita Maria. Cohesión social como base para políticas públicas orientadas a la equidad en salud: reflexiones desde el programa EUROsociAL. **Rev Panam Salud Publica;38 (4), oct. 2015**, [*s. l.*], 2015. Disponível em: <https://iris.paho.org/handle/10665.2/18375>. Acesso em: 19 set. 2023.

GAUTÉRIO, Nicolli Bueno; ALBERNAZ, Renata Ovenhausen. A memória coletiva para Jöel Candau e Maurice Halbwachs: coesão dos grupos sociais em um mesmo espaço. **Mnemosine**, [*s. l.*], v. 18, n. 1, 2022. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/mnemosine/article/view/66384. Acesso em: 17 ago. 2024>. Acesso em 22 set. 2023.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. Tradução: Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Vértice Edições, 1990.

HALBWACHS, Maurice. **Os quadros sociais da memória**. Tradução: Antonio Fontoura. Curitiba: Clube de Autores, 2023.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades e Estados, 2023**. [*S. l.*], 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ba/ilheus.html>. Acesso em: 22 set. 2023.

MOREIRA, Ruy. **O que é geografia**. 2. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2010. (Primeiros passos).

OLIVEIRA, Ruana Alencar. **Morfologia urbana e dimensão material e social da vila e cidade de Ilhéus no século XIX**. 2021. 218 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2021.

SABINO, Anderson; SIMÕES, Robson. Geografia e arqueologia: uma visão do conceito de rugosidades de Milton Santos. **Revista Arqueologia Pública**, [*s. l.*], v. 7, n. 2[8], p. 174–188, 2013.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4ªed. São Paulo: EDUSP, 2002. (Coleção Mílton Santos, v. 1).

SANTOS, Milton. **O trabalho do geógrafo no terceiro mundo**. Tradução: Sandra Lencioni. 4. eded. São Paulo: Ed. Hucitec, 1996. (Geografia, v. 7).

SILVA, Ayalla Oliveira. Lícitos planos, insólitos interesses: Agentes públicos coloniais e o projeto de dinamização econômica em Ilhéus no início do século XIX. **Varia Historia**, [*s. l.*], v. 38, n. 77, p. 413–451, 2022.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Recebido em novembro de 2024.

Revisão realizada em março de 2025.

Aceito para publicação em setembro de 2025.